

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

## DFs Consolidadas

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	13

## Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	21
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	23
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	24

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	792
Preferenciais	1.572
<b>Total</b>	<b>2.364</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2018	Dividendo	21/12/2018	Ordinária		0,04556
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2018	Dividendo	21/12/2018	Preferencial		0,05012

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	220.328	213.902	203.645
1.01	Ativo Circulante	3.450	135.548	123.041
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2	12	14
1.01.02	Aplicações Financeiras	1	134.690	122.195
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1	134.690	122.195
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	134.685	122.194
1.01.02.01.04	Outros Valores e Bens	1	1	1
1.01.02.01.05	Aplicações no Mercado Aberto	0	4	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	898	0	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	898	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.549	846	832
1.01.08.03	Outros	2.549	846	832
1.01.08.03.01	Outros Ativos Financeiros	2.315	612	598
1.01.08.03.02	Outros Ativos	234	234	234
1.02	Ativo Não Circulante	216.878	78.354	80.604
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	216.878	78.354	80.604
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	142.275	8	0
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	72.889	75.025	77.332
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.714	3.321	3.272
1.02.01.10.03	Oitros Ativos Financeiros	1.714	3.321	3.272

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	220.328	213.902	203.645
2.01	Passivo Circulante	222	1.077	2.832
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	174	164	197
2.01.01.01	Obrigações Sociais	174	164	197
2.01.03	Obrigações Fiscais	48	911	2.633
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	48	911	2.633
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	858	2.530
2.01.03.01.03	Outros	48	53	103
2.01.06	Provisões	0	2	2
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	2	2
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	0	2	2
2.02	Passivo Não Circulante	80	3.241	3.206
2.02.03	Tributos Diferidos	80	897	877
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	80	897	877
2.02.04	Provisões	0	2.344	2.329
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	2.344	2.329
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	2.344	2.329
2.03	Patrimônio Líquido	220.026	209.584	197.607
2.03.01	Capital Social Realizado	123.144	123.144	123.144
2.03.02	Reservas de Capital	182	182	182
2.03.04	Reservas de Lucros	96.700	86.258	74.281
2.03.04.01	Reserva Legal	13.662	13.134	12.529
2.03.04.02	Reserva Estatutária	83.038	73.124	61.752

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.250	-1.589	-1.689
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.149	-1.589	-1.688
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-490	-630	-428
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-659	-959	-1.260
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.399	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.250	-1.589	-1.689
3.06	Resultado Financeiro	8.677	19.772	25.475
3.06.01	Receitas Financeiras	8.677	19.772	25.475
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.927	18.183	23.786
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.385	-6.091	-8.071
3.08.01	Corrente	-2.202	-6.071	-8.044
3.08.02	Diferido	817	-20	-27
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.542	12.092	15.715
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.542	12.092	15.715
3.99.01.01	ON	4,46	5,12	6,65
3.99.01.02	PN	4,46	5,12	6,65

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	10.542	12.092	15.715
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.542	12.092	15.715

**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	105	146	138
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.725	12.112	15.742
6.01.01.01	Lucro Líquido	10.542	12.092	15.715
6.01.01.02	Tributos Diferidos	-817	20	27
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.620	-11.966	-15.604
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	2.140	2.303	-328
6.01.02.02	(Aumento) Redução Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	-142.267	-12.491	-15.313
6.01.02.03	(Aumento) Redução Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultado Abrangente	134.685	-8	0
6.01.02.04	(Aumento) Redução Ativos Fiscais	-898	0	-3.364
6.01.02.05	(Aumento) Redução Outros Ativos Financeiros e Outros Ativos	-96	-63	-125
6.01.02.06	(Redução) Aumento Obrigações Fiscais	5.278	5.434	10.786
6.01.02.07	(Redução) Aumento Provisões	-2.346	15	46
6.01.02.08	(Redução) Aumento Outros Passivos	25	0	0
6.01.02.09	Pagamento de Impostos de Renda e Contribuição Social	-6.141	-7.156	-7.306
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-115	-148	-135
6.03.01	Dividendos Pagos	-115	-148	-135
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10	-2	3
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12	14	11
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2	12	14



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	123.144	182	86.258	0	0	209.584
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	123.144	182	86.258	0	0	209.584
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-100	0	-100
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-100	0	-100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.542	0	10.542
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.542	0	10.542
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.442	-10.442	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.442	-10.442	0	0
5.07	Saldos Finais	123.144	182	96.700	0	0	220.026

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	123.144	182	74.281	0	0	197.607
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	123.144	182	74.281	0	0	197.607
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-115	0	-115
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-115	0	-115
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.092	0	12.092
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.092	0	12.092
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.977	-11.977	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.977	-11.977	0	0
5.07	Saldos Finais	123.144	182	86.258	0	0	209.584

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	123.144	182	58.715	0	0	182.041
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	123.144	182	58.715	0	0	182.041
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-149	0	-149
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-149	0	-149
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.715	0	15.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.715	0	15.715
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	15.566	-15.566	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	15.566	-15.566	0	0
5.07	Saldos Finais	123.144	182	74.281	0	0	197.607

**Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
7.01	Receitas	13.076	19.772	25.474
7.01.02	Outras Receitas	13.076	19.772	25.474
7.01.02.01	Outras Receitas/Despesas	0	19.772	25.474
7.01.02.02	Outras Receitas	2.316	0	0
7.01.02.03	Resultado Financeiro	10.760	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-490	-630	-428
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-490	-630	-428
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.586	19.142	25.046
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.586	19.142	25.046
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.586	19.142	25.046
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.586	19.142	25.046
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.044	7.050	9.331
7.08.02.01	Federais	2.044	7.050	9.331
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.542	12.092	15.715
7.08.04.02	Dividendos	100	115	149
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.442	11.977	15.566

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

##### Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A.(INVESTIMENTOS BEMGE) relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2018 e de 2017, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A Investimentos Bemge S.A. apresentou ao final do período Lucro Líquido de R\$ 10.542 mil e Patrimônio Líquido de R\$ 220.026 mil. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 4,46 enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 93,08. Os Ativos Totais atingiram R\$ 220.328 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto, Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

#### AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO Nº 381, DE 14/01/2003, DA CVM

##### Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Investimentos Bemge S.A. e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2018, não foram prestados diretamente a Investimentos Bemge S.A. serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence à Investimentos Bemge S.A., serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 11 de janeiro e 03 de agosto - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência;
- 01 de fevereiro e 03 de abril - revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 15 de fevereiro, 23 de maio, 16 de julho e 26 de setembro - aquisição de materiais técnicos e treinamento;
- 04 de outubro - emissão de relatório de revisão sobre cálculos e liquidação de imposto de renda;
- 18 de outubro – asseguaração razoável sobre cumprimento de termos de compromisso firmados com órgão governamental.

##### Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2019.

A Administração

## Notas Explicativas

**INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**Períodos de 01/01 a 31/12 de 2018 e de 2017**  
(Em Milhares de Reais)

### Nota 1 – Informações Gerais

A Investimentos Bemge S.A. (INVESTIMENTOS BEMGE) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, Brasil.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco, mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

As operações da INVESTIMENTOS BEMGE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2019.

### Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

#### 2.1 Bases de Preparação

##### Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC),

#### 2.2 Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

##### a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2018

CPC 48 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (impairment) e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting). A transição para o CPC 48 não acarretou efeitos no patrimônio líquido e no resultado da INVESTIMENTOS BEMGE..

##### Transição para a CPC 48

A INVESTIMENTOS BEMGE realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são exclusivamente de classificação e não acarretaram em remensurações:

- A categoria de classificação de ativos financeiros Mantidos para Negociação deixou de existir.
- Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:

## Notas Explicativas

- Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros classificados anteriormente em Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros foram contabilizadas nesta categoria;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e
- Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria ativos financeiros Mantidos para Negociação.

Não houve alteração na classificação dos passivos financeiros, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado.

A INVESTIMENTOS BEMGE avaliou os requisitos para cálculo da perda de crédito esperada de seus ativos financeiros e não identificou montantes a serem reconhecidos.

### b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

### 2.3 Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela INVESTIMENTOS BEMGE são detalhados abaixo:

#### a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4d, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização.

#### b) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

## Notas Explicativas

### c) Provisões, Contingências e Obrigações Legais

O INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

## 2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

### a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

### b) Caixa e Equivalentes de Caixa

O INVESTIMENTOS BEMGE define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

### c) Ativos e Passivos Financeiros

Ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

#### I - Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a INVESTIMENTOS BEMGE passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

#### Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

#### Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Passivos Financeiros.

#### III – Aplicações no Mercado Aberto

O INVESTIMENTOS BEMGE dispõe de operações de compra com compromisso de revenda de ativos financeiros.



## Notas Explicativas

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

### d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tais como: o imposto sobre valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, benefícios pós emprego e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa e de investimentos líquidos em operações no exterior. Posteriormente estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do Resultado no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem segundo a qual, um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser, seguindo as premissas de reconhecimento.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido <sup>(*)</sup>	20,00%

*(\*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.*

Em 12/2018, a rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/Diferido, Contempla reversão de provisão de Obrigação Legal no montante de R\$ 2.520.

## Notas Explicativas

### NOTA 3 – ATIVOS FINANCEIROS

- a) **Valor Justo por meio do Resultado** - A carteira é composta por Cotas de Fundos de Curto Prazo com valor de custo/custo amortizado e valor justo no montante de R\$ 134.685 em 31/12/2017, nível de Risco 2.
- b) **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes** – A carteira é composta por Certificados de Depósito Bancário com valor de custo amortizado / valor justo de R\$ 142.275 (R\$ 8 em 31/12/2017), acima de 365 dias, nível de Risco 2.
- c) **Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da INVESTIMENTOS BEMGE, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira *Trading e Banking* do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Por esta razão, não é apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta sociedade.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

**I- Disponibilidades e Aplicações no Mercado Aberto** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

**II- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras).

**III- Outros Ativos Financeiros** – Basicamente compostos de depósitos em garantia de passivos contingentes. Os valores contábeis desses ativos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado). Todos esses itens representam ativos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o CPCs, a INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

**Nível 1:** Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos.

**Nível 2:** Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se de *inputs* observáveis, como juros, volatilidade, etc.

**Nível 3:** Utiliza-se de *inputs* não observáveis, baseados em premissas próprias da entidade.

## Notas Explicativas

### Nota 4 - Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais

#### I - Processos Tributários e Obrigações Legais

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais, administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos quando aplicável

Em 31/12/2017 existiam Provisões Tributárias de R\$ 2.346 e Depósitos em Garantia de R\$ 2.956.

Os ativos dados em garantia de contingências totalizam R\$ 994 (R\$ 977 em 31/12/2017).

#### II - Contingências não provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil. Os processos tributários de perda possível totalizam R\$ 1.488.

### NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - Está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.
- b) **Dividendos** - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Em 21/12/2018, foram provisionados dividendos no montante de R\$ 100, à razão de R\$ 0,04 por ação, equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, registrados em Outros Passivos..

### Nota 6 – Partes Relacionadas

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
		31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>		<b>72.889</b>	<b>75.029</b>	<b>4.498</b>	<b>7.054</b>
Itaú Unibanco S.A. <sup>(*)</sup>	100% SELIC	72.889	75.029	4.498	7.054
<b>Ativos Financeiros Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes</b>		<b>142.275</b>	<b>134.693</b>	<b>7.999</b>	<b>12.490</b>
Itaú Unibanco S.A.		142.275	8	1.643	-
Fundos de Investimentos		-	134.685	6.356	12.490
<b>Despesas do Sistema Financeiro</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(41)</b>	<b>(55)</b>
Itaú Unibanco S.A.		-	-	(41)	(55)

(\*) Carteira composta por Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com vencimento acima de 365 dias R\$ 72.889.

- b) **Remuneração do Pessoal-Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

## Notas Explicativas

### Nota 7 – Informações Complementares

**Gerenciamento de Riscos e Capital** – A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado / Risco de Crédito / Risco de Liquidez e Risco Operacional” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site [www.itauri.com.br](http://www.itauri.com.br), na seção Relatórios – Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica e Global.

**Notas Explicativas****INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**

CNPJ 01.548.981/0001-79

Companhia Aberta

NIRE 35300315472

**DECLARAÇÃO**

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM Nº 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2018; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2018.

São Paulo (SP), 8 de fevereiro de 2019.

*ALEXSANDRO BROEDEL LOPES*  
*Diretor Presidente*

*ANDRE BALESTRIN CESTARE*  
*Diretor*

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas  
Investimentos Bemge S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Investimentos Bemge S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investimentos Bemge S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

### Valorização dos Ativos Financeiros

A carteira de ativos financeiros é composta, em sua maioria, por Certificados de Depósito Bancário e Aplicações no Mercado Aberto (Aplicações em Operações Compromissadas – posição bancada), valorizados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e Custo Amortizado, respectivamente.

Considerando a relevância dessas operações no contexto da Companhia, a apropriada valorização e divulgação sobre essas operações foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria. Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

- entendimento e teste da efetividade dos principais controles estabelecidos no processo de valorização e divulgação dessas operações; e
- realização de testes sobre a mensuração das operações de acordo com as políticas contábeis da Companhia e consistência dos dados divulgados nas demonstrações contábeis.

Consideramos que a mensuração é apropriada e consistente com as divulgações em notas explicativas.

### Outros assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira para companhias abertas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes  
Contador CRC 1SP222767/O-3

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM Nº 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2018; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2018. São Paulo (SP), 8 de fevereiro de 2019.



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM Nº 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2018; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2018. São Paulo (SP), 8 de fevereiro de 2019.